



## Secretaria de Meio Ambiente - Prefeitura de Extrema

Estado de Minas Gerais

Av. Antônio Saes Peres, s/n° - Parque de Eventos

Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000

(35) 3435-3620 | www.extrema.mg.gov.br

COMUNICAÇÃO INTERNA SMA		Nº.: 065/2024	DATA: 26/07/2024
PARA:	Gerência de Compras e Licitações – Carlos Alexandre Morbidelli		
DE:	SMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
REF:	Pedido de Impugnação – Processo Licitatório Nº 167/2024, Concorrência Nº 002/2024		
ASSUNTO:	Usina Termoquímica de Geração Elétrica (UTGE)		

Prezado Sr. Carlos Alexandre Morbidelli,

### **DD. Gerência de Compras e Licitações do Município de Extrema/MG**

Com cordiais cumprimentos, em atenção ao Pedido de Impugnação apresentado pela empresa Ecosust Soluções Ambientais Ltda, quanto ao Edital do Processo Licitatório Nº 000167/2024, Concorrência Nº 000002/2024, que objetiva a seleção de empresa especializada para instalação e operação da usina termoquímica de geração elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos (RSU) por processo de gaseificação no município de Extrema-MG, valemo-nos deste para apresentar os seguintes esclarecimentos:

No **ITEM 4.1** do Pedido de Impugnação, a impugnante alega que “a Prefeitura de Extrema encontrou” uma alternativa inovadora, que é a Usina Termoquímica de Geração Elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) por processo de gaseificação, e sem maiores detalhes a elencou como melhor alternativa disponível”. Nesse sentido, vale destacar que, de acordo com o Relatório de Gestão 2019 da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), foi conduzido um estudo de avaliação de tecnologias para tratamento e disposição final de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), com vistas à geração de energia para atendimento a um município de 85 mil habitantes, sendo avaliadas quatro tecnologias atualmente existentes: pirólise, incineração, gaseificação e biogás de aterro. Dessa forma, o referido relatório conclui que:

*A partir da avaliação de quatro tecnologias disponíveis (pirólise, incineração, gaseificação e biogás de aterro) e se levando em consideração critérios como viabilidade econômica, rendimento energético, impacto social e ambiental, legislação aplicável, entre outros, foi selecionada a gaseificação como tecnologia de beneficiamento dos Resíduos Urbanos Sólidos.*

Pelo exposto, verifica-se que a tecnologia escolhida pelo município de Extrema/MG para tratamento e disposição de RSU, com aproveitamento energético, consistente na gaseificação, está respaldada por estudo técnico realizado por entidade vinculada à administração pública do Estado de Minas Gerais, que definiu tal tecnologia como a mais adequada para tratamento de RSU com aproveitamento energético no Estado, considerando critérios de viabilidade econômica, rendimento energético, impacto social e ambiental. Portanto, não se trata de uma escolha arbitrária.



## Secretaria de Meio Ambiente - Prefeitura de Extrema

Estado de Minas Gerais

Av. Antônio Saes Peres, s/n° - Parque de Eventos

Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000

(35) 3435-3620 | www.extrema.mg.gov.br

Ainda no **ITEM 4.1**, a impugnante argumenta que o Edital do processo licitatório “*não percorre os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305/10), tampouco as metas definidas pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PLANARES (Decreto 11.043/22)*”. No entanto, cabe esclarecer que o Município manterá a coleta seletiva e operação da usina de triagem de materiais recicláveis, conforme expressamente indicado no Edital. Se não, vejamos:

De acordo com o item 4.1.1.1 do Edital (página 112), que trata dos investimentos do município:

*4.1.1.1. Área de implantação da UTGE, que será cedida à Concessionária durante o período previsto de concessão, de 30 (trinta) anos, abrangendo o uso do solo, subsolo e espaço aéreo, onde será instalada a planta do empreendimento, **exceto a área de triagem e armazenamento de recicláveis**.*

Verifica-se, ainda, que o item 6.14 do Edital (página 120) estabelece como obrigação do Município:

*6.14. Gerenciar a **operação e manutenção da usina de triagem de materiais recicláveis** existente na área do Aterro Sanitário Municipal.*

Além disso, destaca-se o disposto no Anexo III do Termo de Referência – Caderno de Diretrizes Ambientais (página 137):

*Em uma breve síntese, a tecnologia de tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU) proposta para o empreendimento em questão consiste no recebimento dos RSU gerados diariamente no município de Extrema, **submetendo-os a um processo de triagem para separação de materiais potencialmente recicláveis**, realizando a trituração, secagem e homogeneização até obtenção das condições ideais de umidade, granulometria e poder calorífico, produzindo o Combustível Derivado de Resíduos (CDR).*

Portanto, a despeito das alegações da impugnante de que o Edital estaria “omitindo por completo obrigações, por parte da municipalidade ou da licitante vencedora, que estejam relacionadas a educação ambiental, reciclagem, ou qualquer outra ação que reduza a geração de resíduos”, destaca-se que o Município continuará a atender aos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mormente os previstos no art. 7º, inciso II, da Lei Federal nº 12.305/2010. Ainda nessa linha, cabe ressaltar que o município de Extrema/MG deu início ao programa de educação ambiental e reciclagem nos anos 2000, portanto uma ação consolidada no município antes mesmo da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). Por fim, o município continua investindo e expandindo as ações previstas na referida lei federal, através da criação da Política Municipal de Educação para Sustentabilidade (Lei 23/10/2019) e com a ampliação dos serviços de coleta seletiva preexistente no território municipal,



## Secretaria de Meio Ambiente - Prefeitura de Extrema

Estado de Minas Gerais

Av. Antônio Saes Peres, s/nº - Parque de Eventos

Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000

(35) 3435-3620 | [www.extrema.mg.gov.br](http://www.extrema.mg.gov.br)

sendo contemplados dez novos bairros e implantados dois Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), em 2021 e 2022.

Ademais, vale destacar que o processo licitatório nº 282/2019, por meio do qual foi definida a **gaseificação** como tecnologia de tratamento de RSU do município de Extrema/MG, foi publicado na data de 02 de agosto de 2019, momento no qual a Lei nº 14.133/2021, citada pela impugnante, não vigorava.

Com relação ao **ITEM 4.2** do Pedido de Impugnação, no qual a impugnante alega que os prazos previstos no Edital não atendem a vigência da Licença Ambiental (LP+LI) nº 018/2020, com validade até 25/05/2026, “*que não poderá mais ser prorrogada*”, de modo a “*inviabilizar a efetividade de participação dos interessados*”, cumpre esclarecer que, conforme art. 37 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, que trata da renovação das licenças ambientais no Estado de Minas Gerais:

*Art. 37 - O processo de **renovação de licença que autorize a instalação** ou operação de empreendimento ou atividade deverá ser formalizado pelo empreendedor com antecedência mínima de cento e vinte dias da data de expiração do prazo de validade, que será automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente quanto ao pedido de renovação.*

*(...)*

*§ 5º - A **renovação da licença que autoriza a instalação** poderá ser concedida:*

*(...)*

*II - **uma única vez**, nos demais casos.*

Não obstante, verifica-se a possibilidade de suspensão do prazo de validade da licença de instalação, conforme previsto no art. 15, § 23º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018:

*§ 2º - Comprovado o caso fortuito ou a força maior, o órgão ambiental poderá suspender, por solicitação do empreendedor, o prazo de validade das licenças prévia e de instalação, após a análise dos fatos apresentados.*

Pelo exposto, verifica-se que ordenamento jurídico mineiro prevê tanto a renovação quanto a suspensão do prazo de validade da licença de instalação de empreendimentos e atividades, de modo que é plenamente possível compatibilizar o prazo de validade da licença ambiental com o cronograma de instalação da Usina Termoquímica de Geração Elétrica (UTGE).

Quanto ao **ITEM 4.3** do Pedido de Impugnação, no qual a impugnante alega que “*os projetos de engenharia, não constam como anexos do Edital, tampouco o Certificado LP+LI nº 018/2020, expedida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente - Supram Sul de Minas, e respectivo Parecer Único nº 0195696/2020, que embasa toda a concorrência*”, informamos que tanto a Licença Ambiental quanto o Parecer Único que subsidiou a sua emissão são informações de acesso público, disponíveis no Portal da



## **Secretaria de Meio Ambiente - Prefeitura de Extrema**

**Estado de Minas Gerais**

Av. Antônio Saes Peres, s/n° - Parque de Eventos

Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000

(35) 3435-3620 | [www.extrema.mg.gov.br](http://www.extrema.mg.gov.br)

Transparência do Meio Ambiente (<https://transparencia.meioambiente.mg.gov.br/index.php>) do Estado de Minas Gerais.

Com relação aos projetos de engenharia da UTGE, informamos que os documentos pertinentes estão disponíveis no link a seguir:

<https://drive.google.com/drive/folders/1EHptL8QnngwbKdZzlcMM8I2HDS2-xgZ?usp=sharing>

Assim, com os esclarecimentos técnicos ambientais e os documentos pertinentes, encaminhamos a presente comunicação interna à Gerência de Compras e Licitações do Município.

Cordialmente,

Kelvin Lucas Toledo Silva  
**Secretário de Meio Ambiente**